

TEM TANTA
COISA ERRADA
QUE NEM CABE
EM UM
CARTAZ

TEMPO DE REVOLUÇÃO

JUNHO DE 2023 - R\$ 5,00 - CONTRIBUA: PIX@MARXISMO.ORG.BR

ÓRGÃO DO COMITÊ CENTRAL DA ESQUERDA MARXISTA, SEÇÃO BRASILEIRA DA CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL (CMI) EDIÇÃO 29



ABAIXO A REPRESSÃO
FORA ALCANTARA
LIBERDADE A TODOS OS
MANIFESTANTES PRESOS

CONTRA O AUMENTO DE
PELA REMUNICIPAÇÃO DO TR
PASSE-LIVRE ESTUDANTIL

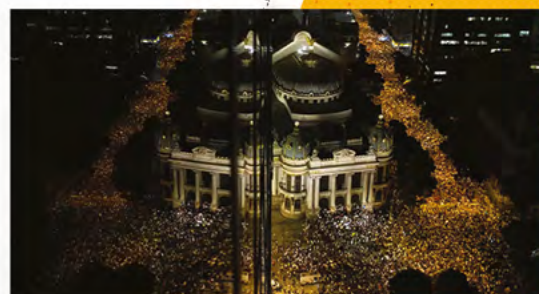
A verdade sobre as

JORNADAS DE JUNHO de 2013



Leia no Editorial p. 02

Consulta Pública
sobre o NEM
é prorrogada:
como continuar a luta
pela revogação?
p. 04



Retomar
os princípios
originais
da CUT
p. 07

EDITORIAL

Daniel Fatori (dfactory), Wikimedia Commons



Uma década depois, colocar Junho de 2013 no seu devido lugar

Entre analistas burgueses e da esquerda oficial brasileira, predomina a ideia de as “Jornadas de Junho de 2013” produziram o bolsonarismo. Para os marxistas, que compreendem a sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, é possível concordar com essa ideia? A quem ela serve?

Há dez anos, nos primeiros meses de 2013, analisando a situação política mundial e nacional, a Esquerda Marxista constatou que uma explosão social estava em preparação no Brasil. Contra os prognósticos dos principais analistas burgueses, de que países como Turquia e Brasil eram modelos de estabilidade a serem seguidos naquele momento, os marxistas constatavam que as contradições acumuladas sob a superfície levariam a uma

mudança abrupta de qualidade na situação, e que a onda de explosões políticas e sociais que vinha abalando o mundo após a crise econômica de 2008 fatalmente chegaria a países como Brasil e Turquia.

Não havia como prever qual seria a gota d’água que faria o copo transbordar, mas sabíamos que o copo estava cheio. Por isso, em seu congresso de abril de 2013, a Esquerda Marxista decidiu por lançar em 1º de maio daquele ano um novo órgão de imprensa semanal, o boletim “Foice & Martelo”. Sua periodicidade semanal – em contraste com o jornal mensal “Luta de Classes”, editado pela Esquerda Marxista até então – buscava armar os militantes para atuarem de maneira mais veloz diante dos acontecimentos, justamente por conta da perspectiva

de que se aproximava uma explosão e aceleração da luta de classes.

Em maio de 2013 as massas tomaram as ruas da Turquia, surpreendendo a todos. Em junho foi a vez do Brasil.

Embora muitos digam que ninguém pôde prever junho de 2013, não foi bem assim, pois análises da Esquerda Marxista em relação aos movimentos que pouco antes haviam conseguido impor a revogação do aumento das tarifas do transporte público, em Porto Alegre e Teresina, davam indícios. Diante disto, no início de maio de 2013 a Esquerda Marxista chamou o Movimento Passe Livre (MPL) para dialogar. Na reunião bilateral com o MPL de São Paulo, explicamos que a sociedade brasileira estava à beira de uma explosão social, e que, dife-

rente das mobilizações contra o aumento das tarifas de anos anteriores, daquela vez seria possível vencer. Para tal, apelamos ao MPL que eram necessários dois encaminhamentos: primeiro, deveria ser formada uma coordenação ampla do movimento, composta por todas as organizações, entidades e agentes políticos que estivessem contra o aumento, e que esta coordenação se utilizasse dos métodos organizativos próprios da classe trabalhadora (carros de som, assembleias com votação etc.). O segundo encaminhamento era que os atos fossem convocados para maio, antes do aumento das tarifas anunciado para 1º de junho. Infelizmente, o MPL se recusou a aceitar nossas duas propostas.

Diante disto, no final de maio de 2013 convocamos

as primeiras manifestações contra o aumento das tarifas em São Paulo, dando o pontapé inicial ao movimento, para a qual o MPL foi convidado, mas decidiu não participar. Quando o movimento inundou as ruas, os métodos errados usados pelo MPL contribuíram para que sua direção se perdesse, a ponto de o próprio MPL ter se visto obrigado a se retirar de uma manifestação realizada no dia 20 de junho, na Avenida Paulista, que havia sido empalmada pela extrema-direita com a ajuda da Polícia Militar.

Mas afinal, o que foi Junho de 2013?

Do final de maio até metade de junho, as manifestações contra o aumento das tarifas do transporte ocorreram em São Paulo mais ou menos como em anos anteriores, embora

EXPEDIENTE

Diretor de Publicação: Serge Goulart
Editor: Evandro Colzani
Diagramação: Jonathan Vitorio
Capa: Evandro Colzani

Conselho Editorial: Alex Minoru, Caio Dezorzi, Johannes Halter, Lucy Dias, Luiz Bicalho e Maritania Camargo

Comitê de Redação: André Mainardi, Bruna dos Reis, Flávio Reis, Francine Hellmann, Mariana Rosa, Michel Silva, Michelle Vasconcellos e Rafael Prata

Jornalista Responsável: Rafael Prata
MTB nº 40040/SP

TEMPO DE
REVOLUÇÃO

consideravelmente mais volumosas. A repressão brutal da Polícia Militar paulista sobre manifestantes, transeuntes, moradores e profissionais da imprensa na manifestação de 13 de junho foi a gota d'água que fez o copo transbordar. E quando o copo transborda, tudo o que estava acumulado e encheu o copo nos últimos anos começa a vir à tona, fazendo com que a última gota d'água deixe de ser a mais importante. As tarifas foram reduzidas, mas as pessoas continuaram saindo às ruas. Do dia para a noite, tudo se tornou urgente. De repente, quem nunca em sua vida havia participado de uma manifestação saiu às ruas querendo mudar o país, mudar o mundo. Milhões de pessoas foram às ruas nos dias e nas semanas seguintes, em centenas de cidades do Brasil.

O despertar de parcelas das massas para as ruas deve sempre ser visto com bons olhos pelos militantes revolucionários. Mas é preciso compreender: o copo transbordou em um momento de despolitização; não foi resultado de um processo de construção política da nossa classe do período anterior. Pelo contrário, os que saíram às ruas para expressar sua indignação eram, em sua maioria, jovens vítimas de um processo de enorme retrocesso político impulsionado principalmente pela política de colaboração de classes levada a cabo nos anos anteriores pelo PT, que havia chegado ao governo se aliando a inimigos históricos da classe trabalhadora.

Uma vez que esses governos de coalizão entre o Partido dos Trabalhadores e a burguesia deram sustentação aos velhos políticos de sempre, pois resumia o debate eleitoral entre candidatos do PT e da oposição de direita – sem se diferenciarem politicamente – a quem administrava melhor o aparelho de Estado; uma vez que os governos do PT aplicaram a política do imperialismo, recebendo os senhores da guerra, Bush e Obama, de braços abertos; ficava difícil cobrar das massas um elevado nível de consciência de classe. Como exigir daqueles que saíram às ruas em junho de 2013 que diferenciassem o PT do PSDB?

Vale lembrar que a repressão brutal da PM aos manifestantes de junho foi comandada pelo então governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, na ocasião do PSDB, mas teve o apoio do petista Fernando Haddad, que era o prefeito da capital paulista, e do ministro da Justiça de Dilma, José Eduardo Cardoso.

O clima nas manifestações era de “fora todos”, mas longe de ter algo a apresentar para colocar no lugar, proporcionando à burguesia um terreno fértil para trabalhar para manipular uma parcela dos manifestantes. A responsabilidade disso foi, em parte, do MPL, que escolhido pela imprensa burguesa que percebeu sua inconsistência, como a “liderança” do movimento teve nas mãos a possibilidade de dirigir o movimento de massas. Mas, não esteve à altura da tarefa exatamente por sua política e seus métodos. Até Dilma em pânico “elegeu” o MPL como a “liderança” do movimento, inclusive levando-os a Brasília para “negociar”. Mas, a maior responsabilidade é do PT! A história nos diz: a política de colaboração de classes, em última instância, conduz ao fascismo.

A imprensa burguesa jogou fundo para despolitizar e bloquear as palavras de ordem militantes da esquerda. A juventude que saiu às ruas em junho de 2013 não era “fascista” ou “de direita”, como alguns analistas da esquerda oficial tentam demonstrar. Grupos de extrema-direita intervieram nas manifestações, todos vimos. Mas, este não era o caso da massa de jovens. No fundo, os jovens que estavam a participar pela primeira vez de manifestações políticas queriam ter mais acesso aos serviços públicos: queriam saúde, educação, transporte, lazer. E querer isso não significa ser “de direita”; pelo contrário: são de esquerda (ainda

que eles próprios não soubessem disso)! Mesmo que naquele momento a maior parte destes jovens não tivesse a compreensão de que é o sistema capitalista que os impede de ter acesso a tudo isso; afinal, a ideologia predominante na sociedade é a ideologia da classe dominante.

Eles concluíram que para defender seus interesses não poderiam deixar as coisas para os políticos, mas deveriam agir por si mesmos. Isso mostra um instinto revolucionário correto. Aqueles que menosprezam o movimento como “meramente espontâneo” mostram sua ignorância sobre a essência de uma revolução que é, precisamente, a intervenção direta das massas na política. Essa espontaneidade tem uma força enorme, mas em certo ponto pode tornar-se uma fraqueza fatal ao movimento.

Geralmente o movimento de massas é marcado por confusões em seu estágio inicial, e é apenas através da experiência prática da luta que as massas podem superar suas fragilidades. Mas para que tenham sucesso, é absolutamente necessário passar pela confusão e pela ingenuidade iniciais, pois com isso é possível crescer, amadurecer e chegar às conclusões corretas. A consciência da juventude estava em disputa em junho de 2013 e está em disputa até hoje.

Herdeiros de junho?

Junho de 2013 abriu uma situação política completamente nova no Brasil. Até aquele momento, a burguesia nacional e o imperialismo toleravam o PT no governo em coalizão com partidos burgueses. E essa tolerância se dava porque o PT prometia garantir paz social através do controle do movimento operário e social, para que os capitalistas seguissem saqueando

o país e explorando os trabalhadores. Junho de 2013 mostrou que o PT não era mais capaz de garantir coisa alguma. A classe trabalhadora e a juventude nas ruas não podiam ser controladas pelos mecanismos que o PT dominava, e isso fortaleceu os setores mais antipetistas da burguesia.

O pacto que possibilitou a nova república nascida do fim da ditadura militar ruiu.

A burguesia, sempre temerosa em relação às massas, ficou apavorada com as massas de junho, com as casas legislativas atacadas e incendiadas, com os parlamentares fugindo pelos fundos. Depois da burguesia agitar por todos os meios as pautas anticorrupção entre os manifestantes, o Poder Judiciário respondeu às ruas de junho com a Operação Lava-Jato.

A Operação deflagrada em 2014 foi resposta de um setor da burguesia e do imperialismo às ruas de junho. O *impeachment* de Dilma, a prisão de Lula e a ascensão de Bolsonaro como principal líder do movimento anti-Lula e anti-PT são consequências não do junho de 2013, mas da reação da burguesia a junho de 2013.

Portanto, só podemos afirmar que o bolsonarismo de massas teve sua origem com as Jornadas de Junho de 2013 se o fizermos de maneira dialética, pois foi consequência não como sua continuidade, mas como sua negação.

A continuidade de junho de 2013 e sua verdadeira herança pôde ser vista no aumento do número de greves nos anos seguintes, no movimento de ocupações de escolas pelos estudantes, no movimento pelo Fora Temer e depois pelo Fora Bolsonaro, apesar de todo esforço dos aparatos de direções e organizações da classe trabalhadora para conter esses movimentos.

Junho de 2013 abriu uma nova situação, que encontrou inclusive expressão

eleitoral, com o aumento das votações nas candidaturas do PSOL e um derretimento eleitoral do PT e de partidos burgueses mais tradicionais, como o PSDB.

É fato que a extrema-direita também cresceu eleitoralmente. Mas isso não foi consequência direta das ruas de junho, e sim da reação burguesa às ruas de junho, que fortaleceu a polarização política. Mas a extrema-direita teria conseguido crescer sem a ajuda da polícia, dos infiltrados, de toda a imprensa e da burguesia que buscou criminalizar o PT?

E, mais importante, esta mesma extrema-direita teria conseguido crescer se a esquerda oficial tivesse se colocado ao lado das ruas de junho?

A resposta do governo Dilma às ruas de junho foi a proposta de uma “Constituinte por uma reforma política”. Ou seja, mudar algo no sistema para preservá-lo. Mas o que as ruas queriam era derrubar o sistema. Já a direção do PSOL, à medida em que o apoio eleitoral ao partido foi crescendo, buscou se mostrar cada vez mais moderada e apta a participar do sistema.

O sentimento antissistema das ruas de junho acabou encontrando respaldo no discurso demagógico de Bolsonaro. Menos por mérito deste e mais como resultado das escolhas erradas da esquerda oficial e da esquerda que tinha potencial para substituí-la.

Na era inaugurada por Junho de 2013, passada uma década, o povo trabalhador brasileiro carece de uma direção revolucionária de esquerda. Lula e Alckmin tentam se apresentar como os salvadores da República burguesa. A direção do PSOL cada vez mais submete o partido ao governo de coalizão. A oposição bolsonarista tende a se beneficiar da ausência de uma oposição de esquerda ao governo.

Hoje, construir a direção revolucionária do proletariado brasileiro é a tarefa central dos marxistas. Isso passa também pelo combate para que o PSOL mantenha sua independência frente ao governo. Mas, principalmente, passa por ajudar as novas gerações da classe trabalhadora a se organizarem e lutarem por suas reivindicações. Outros junhos virão, não necessariamente no mesmo mês.



Agência Brasil

JUVENTUDE

A farsa da Consulta Pública foi adiada: continuar exigindo a revogação do NEM

| YURI SANTORELLI

Desde os primeiros dias do novo governo Lula-Alckmin, a classe trabalhadora e a juventude demonstraram sua enorme disposição de luta para revogar todos os ataques sofridos nos últimos anos. Um importante exemplo disso, é a campanha pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM), que colocou em movimento estudantes e trabalhadores em educação pelo país inteiro por meio de manifestações, coletando adesões ao abaixo-assinado, formando comitês de luta e realizando debates sobre o tema.

Por outro lado, as direções do movimento sindical e estudantil trabalharam para bloquear o movimento desde o começo e o governo buscou desviá-lo para os caminhos institucionais através da “Consulta Pública e Popular” para “avaliar” o NEM.

No dia 6 de maio, foi lançado o relatório “Avaliação e Reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio”, fruto da consulta pública feita pelo governo Federal como resposta ao movimento pela revogação do NEM. O relatório evidencia a postura do Ministério da Educação (MEC) e do atual governo de apoio total aos burgueses da educação.

A primeira etapa da Consulta Pública constituiu-se de uma série dessas audiências “públicas”, primeiro com o Conselho Nacional de Educação (CNE). Na audiência que ocorreu na sede do Conselho em Brasília no dia 11 de abril, não havia em nenhum momento o objetivo de um verdadeiro debate sobre o tema. Entretanto, a mesa de debate era formada por velhos conselheiros que falam com orgulho de suas ligações com a educação

privada, inclusive havia um conselheiro que falava com orgulho de como o NEM caiu bem na sua empresa de educação privada. Havia nas falas um grande desprezo pelo movimento em defesa da revogação e nas palavras de um dos conselheiros, “o debate pela revogação do NEM apenas nos atrasa. O debate verdadeiro deveria ser, como ampliá-lo urgentemente”. Esse é o caráter da burguesia.

Em outro momento, uma das conselheiras da mesa enfatizou a necessidade do “debate democrático”. Nos perguntamos, qual é essa democracia, conselheira? Uma democracia que não escuta as massas que estão nas ruas, que em voz uníssona diz “Queremos a revogação do NEM já!”. Essa é a democracia burguesa, que impede a verdadeira participação da classe trabalhadora. Para isso, as ferramentas são de desinformação e desmobilização. Para essa

Do nosso ponto de vista, temos que seguir exigindo de Lula a revogação do Novo Ensino Médio, ao passo que também podemos nos apoiar no Projeto de Lei 2601/23, o PL da revogação do NEM

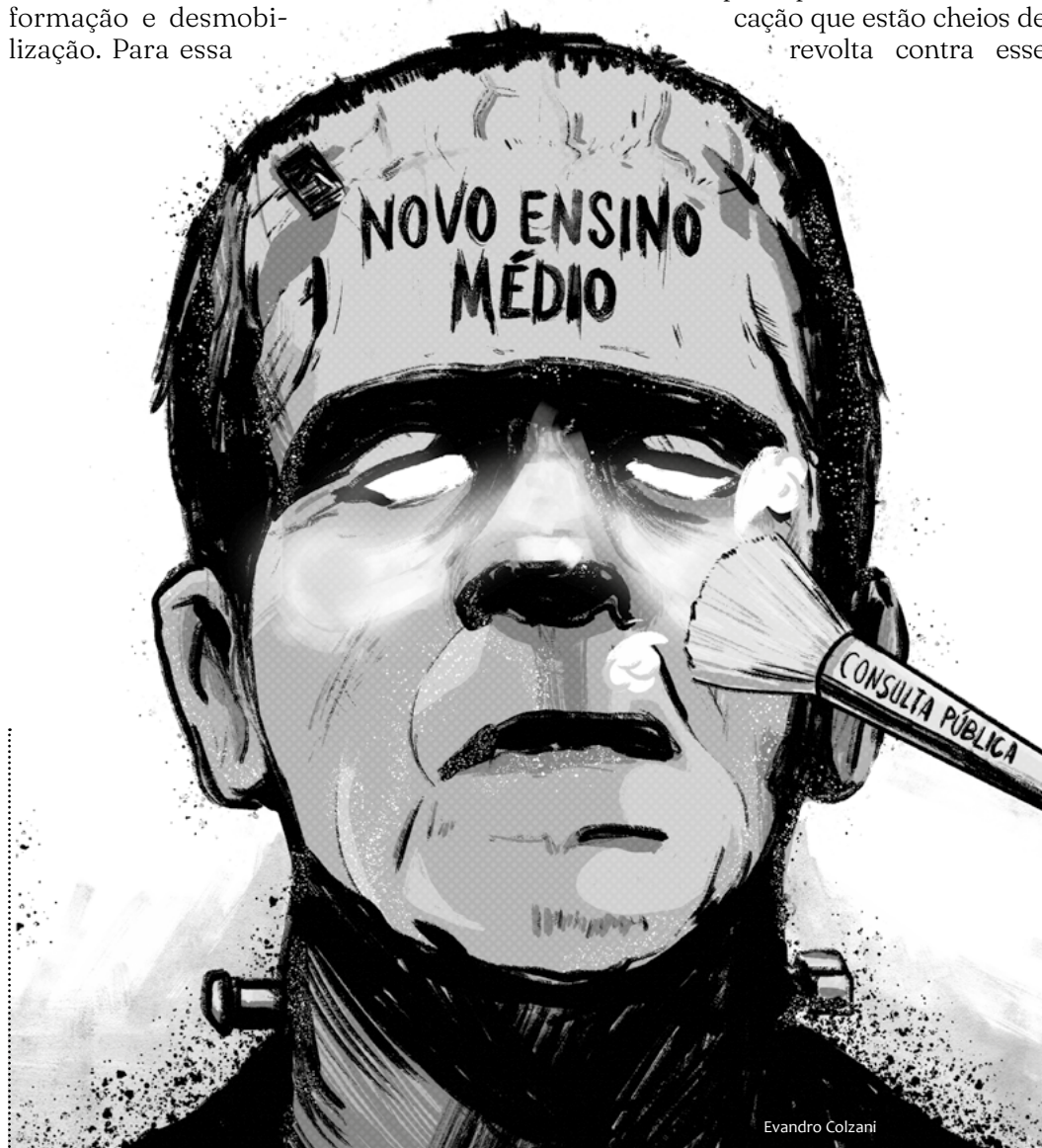
audiência em específico, pouquíssima informação foi divulgada, endereços sem detalhes, horários em aberto e por aí vai as táticas de enganação. O resultado foi um auditório totalmente vazio na audiência PÚBLICA! Esse mesmo cenário se repetiu na maioria das audiências desse tipo, evidenciando a verdadeira farsa que a consulta representa.

Agora o governo adiou seu encerramento. Seu objetivo é realizar uma “grande consulta de opinião” através do WhatsApp com estudantes e professores. Nesse caso novamente se repete a tática do “existe, mas você tem que achar”. Links inexistentes, sites fora do ar e questionários com perguntas totalmente parciais e que não abordam diretamente a questão da revogação são a realidade dessa fase digital. Nós denunciemos a farsa que segue em curso e nos recusamos a participar desses questionários tendenciosos, cujo objetivo, repetimos, é dar uma aparência democrática ao ataque que busca destruir a educação pública, gratuita e para todos como conhecemos.

Uma das conselheiras evidenciou como “a população não está interessada” no debate do NEM, expondo sua desconexão com a realidade dos estudantes, pais e profissionais da educação que estão cheios de revolta contra esse

modelo. Ainda, afirmou que o problema central que dificulta a aplicação da reforma de forma benéfica é que “os professores não querem que reduza a carga horária de suas matérias por uma questão de apego”. Essa breve exposição mostra o caráter dessa farsa que é consulta pública, e traz os limites desses conselhos de participação popular no capitalismo. O Estado é uma ferramenta de dominação de classe, e, portanto, mesmo que a burguesia crie esses ambientes para promover a participação popular, eles são desviados para atender apenas os interesses burgueses. Portanto, segue a necessidade de uma luta com independência de classe para revogar o Novo Ensino Médio e para reconquistar todos os direitos perdidos e ataques sofridos nos últimos anos.

O governo está postergando o final da consulta pública porque sabe que seu resultado não será o que as ruas exigem e, portanto, terá que se chocar com os interesses de estudantes e trabalhadores. Do nosso ponto de vista, temos que seguir exigindo de Lula a revogação do Novo Ensino Médio, ao passo que também podemos nos apoiar no Projeto de Lei 2601/23, o PL da revogação do NEM, para discutir no movimento a pressão junto ao congresso nacional, a cobrança de que parlamentares se posicionem a favor da revogação. Sem nenhuma ilusão no Parlamento e avançando em nossa auto-organização temos que seguir mobilizando a juventude nas escolas, denunciando a farsa da consulta pública, organizando panfletagens, coleta de assinaturas, discussões, aulas e demonstrações públicas. Ampliando o debate sobre a importância do grêmio estudantil livre e da organização de comitês de luta pela revogação imediata do NEM.



FÁBRICAS OCUPADAS

“Sempre que havia uma reivindicação dos trabalhadores, lá estavam os marxistas”

Entrevista com Adilson Mariano sobre o Movimento das Fábricas Ocupadas

CHICO AVIZ

As ocupações fabris em Joinville (SC) foram experiências extraordinárias que nos transmitem um legado inesgotável para a luta de classes. O debruçar em suas memórias e ensinamentos é um passo crucial para toda a classe trabalhadora e, principalmente, para a juventude. Esse processo oferece a esperança e o orgulho necessários sobre a capacidade de controlarmos a produção e reprodução da vida e de transformar a realidade do povo trabalhador.

Por isso, apresentamos nesta edição do Tempo de Revolução uma entrevista com o camarada Adilson Mariano, militante da Esquerda Marxista, professor de História e

ex-vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com um mandato revolucionário em Joinville. O camarada foi um dirigente importante dos acontecimentos no movimento de ocupações de fábricas no norte catarinense, entre 2002 e 2007, oferecendo seu mandato de 15 anos, eleito em 4 legislaturas na Câmara de Vereadores, aos interesses e lutas dos trabalhadores e do socialismo.

Nesta entrevista, conversamos sobre a militância que gerou a greve e, posteriormente, a ocupação fabril e também sobre a importância de uma direção marxista para a ação operária, a atuação da Esquerda Marxista, as vitórias dos trabalhadores com a ocupação e as perspectivas para um processo desse caráter em nosso tempo. **Boa leitura!**



Adilson Mariano durante manifestação dos trabalhadores da Cipla, em Joinville (SC)

Camarada Mariano, você representou a política dos comunistas por 16 anos na Câmara de Vereadores de Joinville, mas no início desse mandato não estava ainda militando com os camaradas que fundaram a Esquerda Marxista. O processo de ocupação fabril em Cipla e Interfibra foi crucial para sua aproximação ao marxismo. Você poderia lembrar e nos contar como foram esses acontecimentos em seu início? Como você soube da revolta dos operários? Seu mandato teve intervenção direta na greve? Olá, camarada Chico. Agradeço ao jornal Tempo de Revolução pelo convite a essa entrevista para compartilhar um

pouco das memórias da ocupação das fábricas em Joinville. Bom, eu tinha conhecimento do que se passava na Cipla há algum tempo. Inclusive, realizamos denúncias ao Ministério Público do trabalho e à Delegacia Regional do Trabalho antes da greve. Mas o que elevou o nível desse combate foi a vinda de um trabalhador demitido ao gabinete de nosso mandato, diante da falta de ação do sindicato da categoria e dos órgãos do Estado burguês. Foi então que nosso mandato, orientado por militantes da organização revolucionária que se tornaria a Esquerda Marxista, passou a realizar um trabalho cotidiano de ida à fábrica para refletir com os trabalhadores a situação e a necessidade de organização para dar um basta na situação de exploração e não

pagamento dos direitos dos trabalhadores. Produzimos panfletos, nos dirigimos à fábrica com a assessoria e militantes da organização, com carro de som e dialogamos com os trabalhadores sobre a necessidade de lutar contra o que acontecia na Cipla e Interfibra. Depois de algumas semanas desse trabalho de base, os trabalhadores passaram a dialogar conosco e participar de reuniões para organizar a luta. Eram reuniões nos bairros e comunidades, até que nos dirigimos ao sindicato para exigir a realização de assembleia geral dos trabalhadores da Cipla para avaliar a situação e votar o início da greve. A direção do sindicato agendou a assembleia, mas não mobilizou os trabalhadores e na assembleia foi contra a proposta de de-

flagração de greve. Os trabalhadores passaram por cima da direção traidora e deliberaram pela greve. Paralelo ao trabalho de mobilização na fábrica, o mandato encaminhou no âmbito da Câmara, para dar força e legitimidade ao movimento, moções de apoio à luta dos trabalhadores e uma comissão especial de estudo sobre a situação dos trabalhadores da Cipla.

Que interessante! Então teve uma ação militante e de base bem anterior à própria greve. Isso nos sugere uma fundamental direção dos marxistas no processo, que, junto com você, foram responsáveis por organizar o que veio a ser a Esquerda Marxista. Como se deu essa re-

lação? Como ocorreu a necessidade de fundar a nova organização política? A relação de nosso mandato com os marxistas se deu na luta de classes. Nosso mandato tinha como princípio ser um ponto de apoio de todas as lutas da classe trabalhadora. E sempre que havia uma reivindicação e luta dos trabalhadores lá estava nosso mandato para apoiar, e lá estavam também os marxistas. Era inevitável nossa aproximação. Primeiro, vários companheiros que apoiavam nosso mandato desde a campanha e inclusive faziam parte da assessoria e do conselho do mandato, passaram a conhecer os militantes marxistas e a se relacionar politicamente com a organização, inclusive entrando nela. Nosso

FÁBRICAS OCUPADAS

mandato tinha um conselho chamado Construindo Junto, reunindo todos que intervinham nos combates assumidos pelo mandato nas várias frentes. Nas lutas populares nos bairros, nas escolas, nas fábricas, na luta por serviços públicos, gratuitos e para todos. A ocupação da Cipla foi um combate fundamental para a aproximação com os revolucionários que militavam, naquele momento, na corrente O Trabalho (PT). Essa intervenção fez a organização crescer, com vários operários passando a militar na organização. Esse crescimento com operários na organização levou uma parte dela a não aceitar essa situação, que os fez perder a maioria e, consequentemente, perderem o congresso interno. Então houve a cisão da organização e os derrotados acabaram por expulsar a maioria da organização. Diante da situação, a maioria expulsa pela minoria, com apoio do secretariado internacional, decidiu manter o combate para a fundação da Esquerda Marxista.

E com essa entrada e envolvimento massivo de operários na organização revolucionária, qual era a pauta dos trabalhadores? Ela já veio carregada da proposta de estatização? Como o mandato ajudou a direcioná-las? Como era o processo de debate e votação dessas propostas? A pauta dos trabalhadores em greve era a exigência do pagamento dos salários e direitos atrasados, e manutenção dos empregos. Os patrões não pagavam os direitos dos trabalhadores, alegando não ter condições. Então os trabalhadores exigiam que o controle da fábrica fosse passado para eles. A reivindicação da Estatização entrou em pauta quando os operários venceram a batalha após os 8 dias de greve e ocuparam a fábrica. O mandato defendia e impulsionava as reivindicações construídas pelos operários e a organização revolucionária nas assembleias de fábrica. Todos os problemas, as

reivindicações e ações necessárias para organizar a luta eram discutidos coletivamente pelos trabalhadores em assembleia, onde as propostas aprovadas pela maioria dos trabalhadores eram aplicadas.

... mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores que não suportam mais a exploração capitalista vão se levantar e precisarão de uma organização e militantes revolucionários que ajudem a desenvolver esse combate pela tomada do poder

Uma verdadeira democracia operária! A ocupação da Cipla vai de 2002 a 2007, encerrada após a intervenção da Polícia Federal, sob o primeiro governo Lula. Como você avalia os anos de ocupação? Quais foram os maiores êxitos? Quais os aprendizados com possíveis erros? Durante a ocupação, os trabalhadores demonstraram grande capacidade de luta. Transformaram as condições da fábrica reduzindo acidentes, resolvendo passivos ambientais deixados pelos patrões, arrumaram máquinas, elevaram a produtividade mesmo com uma infraestrutura sucateada. Retomaram a produção de setores desativados, ampliaram o faturamento, iniciaram o pagamento dos salários e direitos não pagos pelos antigos patrões. Apoiavam as lutas dos trabalhadores de outras áreas. Organizavam a produção e a luta política a partir dos interesses gerais dos trabalhadores. A verdade é que a burguesia e os reformistas do PT e da CUT quiseram de todo jeito acabar com essa experiência e hoje tentam apagar sua memória e legado. A todo momento levantaram calúnias, buscando difamar a luta

das fábricas ocupadas. O ápice desses ataques combinados da burguesia e dos reformistas foi a violenta intervenção jurídica e da Polícia Federal em 2007 sob o governo Lula. Essa experiência deixou evidente a capacidade de luta que a classe trabalhadora tem de resolver seus problemas, mas que a vitória só é possível quando essa luta tem uma direção revolucionária capaz de ajudar a classe trabalhadora a combater e generalizar essa luta em cada país e de maneira internacional.

Visto esse histórico e a atual conjuntura, seria possível realizarmos uma ação dessa magnitude?

Com certeza é possível. A conjuntura atual é de crise profunda do capitalismo e de extremos ataques aos direitos dos trabalhadores. Para realizar esse combate se faz necessário uma organização de quadros formados na teoria revolucionária. Pois, mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores que não suportam mais a exploração capitalista vão se levantar e precisarão de uma organização e militantes revolucionários que ajudem a desenvolver esse combate pela tomada do poder nas fábricas e em toda a sociedade.

Muito obrigado, camarada! Nossa tarefa cotidiana é reforçar a memória operária e revolucionária contra o esquecimento burguês. Temos muito a aprender com as ocupações fabris em Joinville e a atuação de militantes como você.

Leia mais sobre as fábricas ocupadas no site da Esquerda Marxista:



Trabalhador na Cipla



RETOMAR OS PRINCÍPIOS ORIGINAIS DA CUT: POR UM SINDICALISMO CLASSISTA, DEMOCRÁTICO, PELA BASE E SOCIALISTA!

Esse ano marca o aniversário de 40 anos de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). E, junto com essa data histórica, está convocado o 14º Congresso da CUT e seus preparativos iniciais já estão em curso. Os sindicatos filiados já podem convocar assembleias de base para eleger seus delegados. Portanto, trata-se de um momento oportuno para estudar, debater e resgatar as origens da CUT, seus princípios norteadores e refletir sobre sua degeneração burocrática e seu afastamento da base dos trabalhadores que se propõe a organizar e defender.

Mais do que isso, é hora de retomar o sindicalismo de combate contra os patrões e seu Estado, de defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores, de luta pelo socialismo e livremente organizado pelos próprios trabalhadores.



1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em São Bernardo do Campo

Nascimento da CUT

A CUT nasceu das grandes greves e lutas operárias do final dos anos 70 e início dos anos 80. A ditadura dos generais das Forças Armadas brasileiras durante duas décadas beneficiou somente a burguesia nacional e imperialista

e impôs um terrível arrocho salarial para os trabalhadores, que nem sequer podiam reclamar devido à intervenção estatal nos sindicatos existentes. O trabalhador que demonstrasse qualquer sinal de insatisfação poderia ser punido, demitido e reportado à polícia.

Mas com o fim de um período de boom econômico, o regime entrou em crise e se enfraqueceu e as greves de trabalhadores explodiram. E essas lutas foram determinantes para derrubar a ditadura. No entanto, o caminho até a fundação da CUT não foi fácil. Os dirigentes operários foram perseguidos e presos e parte da esquerda na época dizia que não era necessário fundar

uma nova central sindical: eram os pelegos, adaptados à estrutura sindical vigente, acuada diante dos perigos da repressão e que, na prática, colaboravam com a ideia de uma transição lenta e gradual à democracia burguesa.

Porém, uma vez em movimento, nada pode parar a classe trabalhadora e era chegada a hora dos trabalhadores organizarem seus próprios sindicatos, varrendo os interventores e os pelegos e construindo sua própria central sindical. Dessa necessidade surge, ao mesmo tempo, as questões: qual é o tipo de sindicalismo existente e qual se quer construir?

Os congressos de fundação da CUT

Os primeiros congressos da CUT debateram amplamente essas questões, além, é claro, de discutir a continuidade da luta pelas reivindicações dos trabalhadores e pelo fim da Ditadura Militar.

As resoluções aprovadas apontam que o problema central era a estrutura sindical corporativista e de inspiração fascista – exis-

tente desde a época de Getúlio Vargas – e que permitia a intervenção e a tutela dos sindicatos por parte do Estado, para promover a colaboração com os patrões e o assistencialismo aos seus representados. Para garantir essa concepção, o Estado outorga aos sindicatos o monopólio de representação de uma determinada base territorial ou de categoria profissional e autoriza que os sindicatos cobrem impostos (taxas compulsórias) sobre os trabalhadores dessa base.

Contra esse arcabouço reacionário, amplamente utilizado pela Ditadura Militar para intervir nas entidades sindicais, o sindicalismo cutista levanta a bandeira da liberdade e autonomia sindical: liberdade para que os próprios trabalhadores decidam como devem se organizar, ou seja, sem intromissões da patronal ou do Estado e autonomia para definir suas próprias formas de luta e sustentação financeira, portanto, dependendo única e exclusivamente da contribuição voluntária dos próprios trabalhadores.



Esses princípios se combinavam com a orientação política original da CUT: classista, pela base, democrática e socialista. Isso significava que a CUT estabelecia uma clara fronteira entre as classes sociais e que buscava organizar a classe trabalhadora com total independência frente à classe dos patrões. E que, ao contrário dos pelegos que decidiam tudo “por cima”, manipulavam e fraudavam assembleias, eleições e congressos sindicais e usavam o aparelho sindical para seus próprios fins políticos (e até pessoais), o sindicalismo cutista iria balizar sua atuação garantindo e encorajando a participação de suas bases e prestando contas de seus atos, em instâncias democráticas, onde todas as correntes de opinião pudessem se expressar, sem serem tolhidas e respeitando a soberania das assembleias de base.

Contra esse arcabouço reacionário, amplamente utilizado pela Ditadura Militar para intervir nas entidades sindicais, o sindicalismo cutista levanta a bandeira da liberdade e autonomia sindical

Dessa forma, com liberdade e independência sindical, organizando os trabalhadores segundo a vontade dos próprios trabalhadores, em um combate de classe contra os patrões e seu Estado, a CUT afirmou sua vocação inicial de lutar pela transformação da sociedade, por uma sociedade sem explorados e sem exploradores, ou seja, uma sociedade socialista!

40 anos depois

Qualquer trabalhador é capaz de notar o abismo que separa a atuação política original da CUT da que é desenvolvida hoje em dia. E isso tem uma explicação. A estrutura sindical da época

de Getúlio Vargas e da Ditadura Militar permanece em vigor, através do Título V da CLT e o combate por sindicatos livres não só ficou pelo meio do caminho como retrocedeu a níveis alarmantes.

Não só a CUT, mas todas as centrais sindicais existentes e seus sindicatos se adaptaram à atual estrutura sindical e passaram a depender financeiramente desse sistema. Isso leva à burocratização das direções sindicais e à uma política permanente de conciliação com os patrões e de participação na gestão estatal dos negócios da burguesia. É verdade que hoje não existe mais o famigerado imposto sindical, mas todos os sindicatos o substituíram por outras formas de arrecadação compulsória e está em discussão com o governo, através de um grupo de trabalho interministerial e o Fórum das Centrais, a regulamentação dessa prática recorrente no movimento sindical.

Essa prática é nefasta, já que não ajuda a desenvolver o nível de consciência do trabalhador, pois o desconto compulsório no salário independe da vontade e do convencimento do trabalhador. Além disso, torna a vida do dirigente sindical muito cômoda, pois prescinde de trabalhadores sindicalizados para sustentar sua atuação. Aliado à política permanente de conciliação com os patrões e governos, o resultado é o afastamento do trabalhador de sua entidade sindical e o distanciamento cada vez maior entre representantes e representados.

Também é verdade que, com o fim da Ditadura, não há mais interventores nomeados pelo Estado na direção dos sindicatos, mas na letra da lei essa possibilidade ainda existe (Art. 528 do Título V da CLT) e ela precisa ser revogada! Acontece que não tem sido necessária a intervenção para que o Ministério do Trabalho supervisione os sindicatos, afinal é esse órgão que reconhece e permite a existência legal das entidades sindicais e é

ele que outorga os poderes de representação de uma categoria.

E, como se isso não bastasse, a política da CUT é de integração total ao Estado e à “governança corporativa” das empresas, pois ela defende o estabelecimento de câmaras tripartites em todas as áreas da administração pública e a participação das entidades sindicais nos conselhos de administração das empresas, transformando-as em cogestoras do capital.

Dessa forma, a CUT abandona cada vez mais seus princípios e a luta pelo socialismo e agora se porta como escudo do governo Lula-Alckmin no interior do movimento operário. Um governo que busca a união nacional entre todos os setores da sociedade, burgueses e proletários, para salvar o capitalismo de sua crise.

Porém, defender a democracia burguesa e suas instituições carcomidas; defender esse regime político corrupto que perpetua a escravidão assalariada, que nega direitos fundamentais à população e ataca cotidianamente os direitos dos trabalhadores é o contrário do que a CUT deveria fazer!

Não só a CUT, mas todas as centrais sindicais existentes e seus sindicatos se adaptaram à atual estrutura sindical e passaram a depender financeiramente desse sistema

Não é à toa também que a principal campanha da central atualmente é a de fazer pressão para que o Banco Central abaixe os juros, atuando como linha de transmissão do governo Lula-Alckmin que, no entanto, não faz nada para revogar a independência do BC e nem sequer exige a demissão do bolsonarista Roberto Campos Neto... Lutar para poder opinar sobre a taxa de remuneração do capital e destilar ilusões aos trabalhadores de que



Manifestação em São Paulo

uma baixa taxa de juros é garantia de emprego e consumo: a isso se resume a política da CUT e demais centrais?

a extrema-direita e o bolsonarismo, apesar de enfraquecidos, continuam atuando como oposição ao governo e, caso resolvam atacar novamente - como fizeram pateticamente no dia 8 de janeiro - estaremos nas ruas para combatê-los

Evidentemente que a extrema-direita e o bolsonarismo, apesar de enfraquecidos, continuam atuando como oposição ao governo e, caso resolvam atacar novamente - como fizeram pateticamente no dia 8 de janeiro - estaremos nas ruas para combatê-los. Porém, a melhor maneira de devolver essa corja para os esgotos não é negociando

cargos nos ministérios ou apoio no Congresso. Para derreter ainda mais o apoio popular que o bolsonarismo ainda preserva, é necessário atender as reivindicações dos trabalhadores e da população mais pobre desse país! Mas, para isso, é preciso romper com a burguesia, demitir o vice-presidente e os ministros capitalistas e chamar a classe trabalhadora e a juventude a se mobilizar! E a CUT deve estar à frente dessa luta!

Por sindicatos livres, pela retomada da CUT!

Nós da Corrente Sindical da Esquerda Marxista defendemos a retomada da luta contra a atual estrutura sindical corporativista, portanto, somos contra a integração da CUT ao aparelho do Estado e seus conselhos tripartites. Somos contra também a participação dos sindicatos nos conselhos de decisão dos bancos e grandes empresas ou em mesas permanentes de negociação e colaboração com os patrões.

Para nós, sindicato é pra lutar! Para garantir

e ampliar direitos somente com organização e mobilização independente dos próprios trabalhadores e, portanto, é necessário travar uma batalha permanente para aumentar o nível de consciência dos trabalhadores e conquistar a mais ampla adesão voluntária às entidades sindicais.

Sindicato forte não é sindicato rico, e sim aquele que une e mobiliza os trabalhadores, sejam eles funcionários diretos, terceirizados, eventuais, temporários, "PIs" ou mesmo sem nenhum vínculo de emprego. Diante da flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, permanecer adaptado à atual estrutura sindical implica estreitar cada vez mais

Para nós, sindicato é pra lutar! Para garantir e ampliar direitos somente com organização e mobilização independente dos próprios trabalhadores

o campo de atuação do movimento sindical e virar às costas para milhões de trabalhadores precarizados.

Por fim, apresentamos uma plataforma de reivindicações capaz de ajudar os trabalhadores a se mobilizar para a conquista do poder político e pelo fim desse regime de exploração:

- Não pagamento da dívida pública, interna e externa!

- Todo dinheiro público para garantir educação, saúde e transporte público, gratuito e para todos!

- Pela revogação imediata do Novo Ensino Médio (NEM)!

- Não ao Novo Arca-bouço Fiscal! Revogação do Teto de Gastos!

- Pela revogação das reformas da Previdência de FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro! Previdência pública, solidária e universal!

- Pela revogação da reforma trabalhista e de todos os ataques aos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores! Fim das terceirizações!

- Todos os direitos sociais e trabalhistas aos trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais!

- Pela estatização dos bancos sob controle dos trabalhadores!

- Pela reestatização de todas as empresas e serviços públicos privatizados!

- Nenhuma demissão! Greve e ocupação sob controle operário de todas as empresas que demitem, não pagam salários ou desrespeitam os direitos!

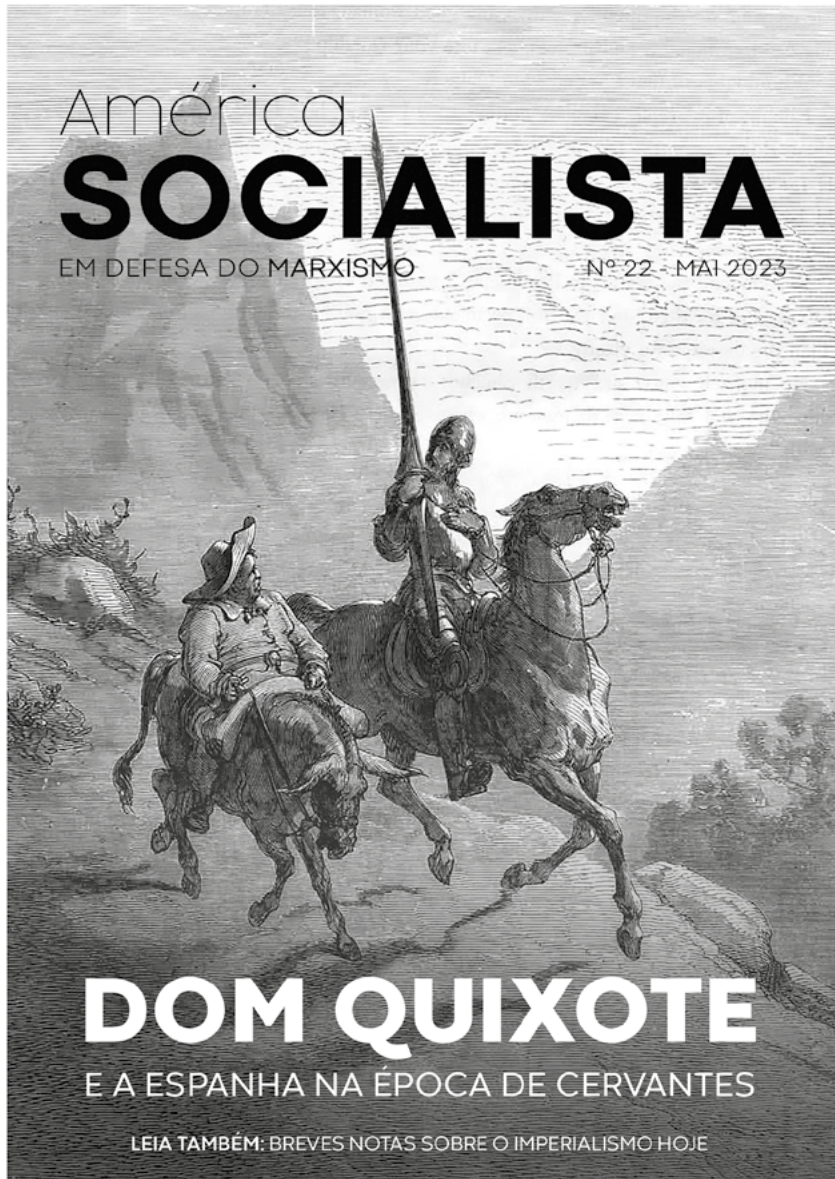
- Pela estatização do Grupo Americanas e demais empresas em recuperação judicial sob controle dos trabalhadores! Confisco e punição dos responsáveis!

- Pela unidade e solidariedade internacional dos trabalhadores! Em apoio à luta dos trabalhadores em todo o mundo! Por uma sociedade sem explorados e sem exploradores! Viva o socialismo!

É com base nessa plataforma que propomos um diálogo com todos os dirigentes e ativistas sindicais e com os trabalhadores mais conscientes de cada categoria e que convidamos você a conhecer e se somar à Corrente Sindical da Esquerda Marxista! Venha fazer parte dessa luta!



JÁ ESTÁ DISPONÍVEL A NOVA EDIÇÃO DA REVISTA AMÉRICA SOCIALISTA - EM DEFESA DO MARXISMO



A edição 22 da revista América Socialista - Em Defesa do Marxismo traz, neste primeiro semestre de 2023, um conjunto variado de artigos que buscam discutir arte, economia e história sob a ótica marxista.

Reafirmamos nosso compromisso com uma política independente e lembramos que a Revista é a principal campanha financeira da Esquerda Marxista, elaborada a cada semestre.

Para além desta importante contribuição financeira, pedimos aos nossos leitores que divulguem ao máximo este material, bem como organizem eventos de divulgação e venda.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

CONTEÚDO DA EDIÇÃO

Dom Quixote e a Espanha na época de Cervantes
Alan Woods

O declínio do feudalismo e a ascensão da burguesia
Friedrich Engels

Carta de Engels a Margaret Harkness

Sangue e ouro: a conquista espanhola das Américas
Jorge Martín e Ubaldo Oropeza

A Rebelião de Tupac Amaru II e Micaela Bastidas no Peru Colonial
Pascal Cueto

Notas sobre o imperialismo hoje
Serge Goulart





Chile: do Outubro Vermelho à conciliação de Boric com os militares

MICHEL GOULART
E FERNANDO LEAL

Em meio a grandes esperanças, o candidato da esquerda Gabriel Boric venceu as eleições em dezembro de 2021. Com 56% dos votos, obteve uma maioria recorde em termos absolutos, com cerca de 4,6 milhões de votos, quase 1 milhão a mais que o candidato pinochetista, Juan Antonio Kast. Contudo, essa eleição, que levou à vitória um jovem candidato de esquerda, representa apenas mais um capítulo em um processo de luta que ainda está se desenvolvendo no Chile, cujo estopim foi a insurreição de outubro de 2019.

Em um primeiro momento, como forma de tentar impedir o aprofundamento de uma situação revolucionária,

a burguesia manobrou pela instauração de uma Assembleia Constituinte. O processo eleitoral que elegeu Boric é também expressão dessa tentativa de reorganização das instituições do regime, apesar da participação ativa das massas trabalhadoras. Essas se agarraram aos instrumentos que tinham à disposição para mudar a situação, tanto elegendo uma maioria de esquerda para a Constituinte como um presidente que dizia representar os anseios das massas insurretas de 2019.

O processo constituinte foi inundado por um sem número de demandas específicas de grupos identitários, acompanhada de discussões intermináveis que não trazia nada de concreto para as massas trabalhadoras. O cansaço afastou as massas do processo Constituinte. Ao invés de focar

nas demandas que efetivamente melhorariam as condições de vida da classe trabalhadora, o processo Constituinte se perdeu em um emaranhado de pautas identitárias.

O governo Boric também se mostrou um fracasso ao abrir mão de atender as demandas da classe trabalhadora que o colocou no poder e cedendo a toda sorte de pressões oriunda da classe dominante.

O que foi o Outubro de 2019

Em outubro de 2019, houve um aumento de 3,75% nas passagens de metrô em

Santiago. Somava-se a isso um aumento prévio das passagens em janeiro do mesmo ano e o reajuste das taxas de energia elétrica. Essa situação despertou diversas manifestações contra o governo de Sebastian Piñera, protagonizadas inicialmente pelos estudantes secundaristas. Os estudantes foram duramente reprimidos.

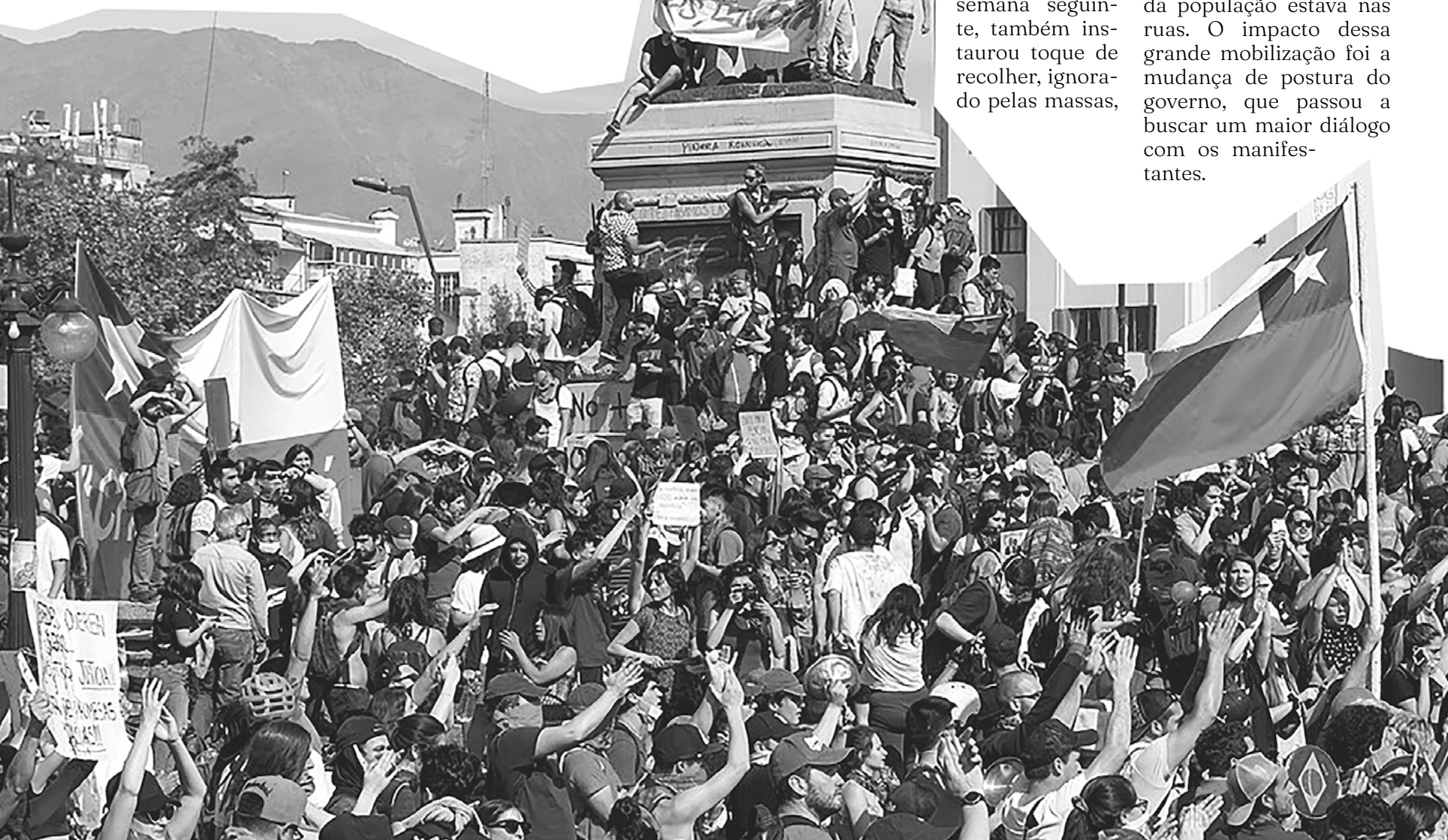
No dia 18 de outubro, ocorreram novos protestos, com diversos manifestantes indo para as estações de metrô e forçando a entrada sem pagar. Isso levou ao fechamento das estações de todo o país e deu início a uma escalada de novos protestos. O Estado seguiu reprimindo os protestos, inclusive decretando Estado de Emergência.

Com a continuidade das manifestações, na semana seguinte, também instaurou toque de recolher, ignorado pelas massas,

na maior parte do país. O saldo da repressão, ainda que impreciso, é bastante significativo. Foram pelo menos 20 mortos, 592 feridos e centenas de detidos em todos os protestos. As balas de borrachas eram disparadas na altura dos olhos, muitas vezes.

O governo se manteve intransigente. Contudo, não podia esconder o cenário de profunda crise que atravessava a sociedade. Com isso, o presidente Piñera pediu a renúncia de seus ministros. A renúncia dos ministros do interior e de segurança era uma das reivindicações dos manifestantes.

A repressão não arrefeceu o ânimo de luta das massas. No dia 25 de outubro, foi convocada o que se chamou de “maior manifestação da história” do Chile, com a participação de mais de 1,2 milhão de pessoas; na cidade de Santiago do Chile, 20% da população estava nas ruas. O impacto dessa grande mobilização foi a mudança de postura do governo, que passou a buscar um maior diálogo com os manifestantes.





Da Constituinte a Boric

Em 15 de novembro de 2019, com o presidente Piñera pendendo por um fio ante o crescente clamor popular por sua demissão e ante elementos da organização popular, procurou-se uma saída para tentar salvar o regime: um acordo para fazer um plebiscito sobre uma mudança constitucional. Com isso, mostravam-se dispostos a derrubar a Constituição de Pinochet para resguardar o sistema econômico e canalizar o protesto popular pelos canais seguros da institucionalidade democrático-burguesa.

Como era de se esperar, uma ampla maioria da população optou pela mudança da constituição. O próximo passo seria a eleição dos deputados constituintes que iriam elaborar o novo texto. Em maio de 2021, a esquerda obteve maioria nessa votação. Na época destacaram-se os resultados da *Lista del Pueblo*, composta por independentes de esquerda que se apresentavam como representantes do levante de outubro de 2019, obtendo 27 convencionais (deputados constituintes). A lista *Apruebo Dignidad*, que agrupava partidos da Frente Ampla e do Partido Comunista, mais a Federação Regionalista Verde Social (FRVS), obteve 28 convencionais no total, o que significava 18% das cadeiras, colocando o agrupamento como a principal oposição e bloco de esquerda. Os partidos que anteriormente haviam feito parte da *Concertación*, como o Partido Socialista, que já

havia governado o país anteriormente, obtiveram 25 cadeiras, o que significa 16% do total.

O governo Boric está longe de acabar com a crise econômica e se esquivar da polarização política vivida nestes últimos anos no Chile

Poucos meses depois, em dezembro, passados dois anos de pandemia e crise econômica, foi eleito um governo de esquerda. Boric, contudo, nem mesmo apresentou um programa de reformas profundas. Ele fala sobre responsabilidade fiscal e mudanças a “passos lentos, mas firmes”. Em seu programa afirmava: “Nosso governo terá como prioridade recuperar uma trajetória de consolidação fiscal confiável, com uma redução gradual e sustentada do déficit fiscal estrutural”. Ou seja, desde o começo procurou se mostrar como um bom gestor dos negócios da classe capitalista e, dessa forma, acalmar a burguesia. Sua mensagem aos capitalistas foi a de que “a fratura social precisa ser sanada para que o país possa crescer”. Portanto, um programa de conciliação de classes.

Em julho de 2022 foi aprovado o texto final da nova constituição. A proposta de nova constituição foi submetida a um plebiscito em setembro do mesmo ano. Contudo, nesse plebiscito, foi rejei-

tada por 62% da população. O texto proposto para a nova Constituição, dentro das estreitas margens da propriedade burguesa, se mostrava incapaz de responder a questões básicas como educação, saúde, aposentadoria, emprego etc. O caráter plurinacional do Chile não conseguiu convencer um setor suficientemente amplo dos trabalhadores e oprimidos. Uma proposta mais objetiva e radical, de ruptura aberta com o capitalismo e resolução dos problemas prementes das massas com base na expropriação dos ricos e poderosos teria sido a única maneira de romper a propaganda do medo e de convencer as massas a saírem de casa para votar.

Com a rejeição, uma nova proposta deveria ser redigida. Em maio de 2023 foi realizada a eleição de um Conselho Constituinte, composto por 51 cadeiras. Porém, diferente da primeira constituinte, agora a maioria dos seus membros é conservadora. O bloco do presidente Boric recebeu 29% dos votos e conseguiu eleger apenas 11 representantes. O Conselho receberá, para sua revisão e ajustes, um projeto previamente elaborado por especialistas com 12 princípios essenciais que não poderão ser modificados, como, por exemplo, o que consagra o Chile como uma economia de mercado.

Aprofundamento da crise

O governo Boric está longe de acabar com a crise econômica e se esquivar da polarização política vivida nestes últimos

anos no Chile. Pelo contrário, ao se ver acuado pelos setores mais reacionários da sociedade, opta pela conciliação. Neste mês de maio, foi aprovada a Lei Nain-Retamal, que leva o nome de dois policiais mortos em serviço, e que, entre várias medidas, endurece as penas aos que agredam ou matem um policial. O aspecto mais reacionário desta lei é a “legítima defesa privilegiada”, que estabelece a presunção de racionalidade quando um policial usar sua arma em serviço. Em outras palavras, autoriza o policial em ação, a ser o juiz e o executor da sentença de um suposto criminoso.

Boric traiu o movimento que o levou à presidência do Chile. O desenvolvimento dos acontecimentos revela mais uma vez que uma oportunidade revolucionária perdida pode não só fazer recuar o movimento como também pavimentar o caminho da reação

Durante a tramitação legislativa, o executivo introduziu algumas mudanças para moderar este último aspecto. Os partidos da coalizão de governo, a Frente Ampla (FA) e o Partido Comunista (PCCh), se opuseram ao

artigo sobre a “legítima defesa privilegiada” e ameaçaram recusar o projeto no Tribunal Constitucional, mas vacilaram sob a pressão da conjuntura em torno de outro policial morto na noite antes da votação, enquanto o governo promulgava apressadamente a lei para deixar fora de jogo esse possível movimento oficialista.

Boric traiu o movimento que o levou à presidência do Chile. O desenvolvimento dos acontecimentos revela mais uma vez que uma oportunidade revolucionária perdida pode não só fazer recuar o movimento como também pavimentar o caminho da reação. A extrema direita foi ao segundo turno com Boric em 2021 e obteve 44%; a Constituinte hoje está sob o controle dos conservadores e não está descartado que voltem ao poder nas próximas eleições em aliança com a extrema direita.

Os trabalhadores, diante dessa experiência com as instituições burguesas, devem se mobilizar para arrancar suas reivindicações confiando apenas em suas próprias forças. Os limites da saída pela Constituinte e a eleição do governo Boric devem servir de combustível para mostrar a necessidade de organização independente dos trabalhadores. Essa é a perspectiva da Corrente Marxista Internacional, que vem procurando organizar as forças revolucionárias no Chile na luta pela derrubada do capitalismo como parte da revolução socialista em âmbito internacional.



Canadá em chamas: socialismo ou catástrofe climática

ANDREW BROWN
E M.A. OLANICK

Traduzido por Fabiano Leite

O segundo maior incêndio florestal da história da Colúmbia Britânica. A cidade de Chibougamau, Quebec, foi evacuada no meio da noite. Um subúrbio de Halifax pegou fogo. Toronto e Montreal cobertas de fumaça. Tudo isso ocorrendo já em maio e junho.

Os atuais incêndios florestais que assolam o Canadá são uma ilustração gráfica da destruição que o capitalismo traz ao planeta. Devemos lutar por uma revolução socialista para acabar com esse pesadelo.

De costa a costa, um país em chamas

Nos últimos anos, cenas apocalípticas de céus alaranjados e cidades cobertas de fumaça começaram a se tornar a norma no oeste do Canadá, um fato que já é deplorável por si só. Esta temporada de incêndios florestais já está se mostrando qualitativamente diferente, com uma província após a outra iniciando incêndios que estão atingindo escalas históricas.

A Nova Escócia viu os maiores incêndios florestais de sua história, o pior dos quais ainda está queimando fora de controle. O ano passado estabeleceu um recorde para a província com 3.390 hectares destruídos pelo fogo; este ano, esse número já chega a 22 mil.

Em Quebec, onde há mais de 150 incêndios florestais, o governo provincial admitiu que não tem recursos para combatê-los, deixando 110 deles queimando fora de controle. A fumaça dos incêndios de Quebec e Ontário está se espalhando para o sul, colocando Nova York e Toronto no topo da lista de cidades com a pior qualidade do ar do mundo.

Ontário já viu o dobro do número de incêndios florestais em 2022. Na Colúmbia Britânica, o segundo maior incêndio florestal de sua história continua. Os incêndios também estão atingindo New Brunswick e os Territórios do Noroeste. Enquanto Alberta suspendeu o estado de emergência que implementou em maio, ainda existem mais de 70 incêndios florestais no momento da redação deste artigo, 22 deles fora de controle.

Esta temporada de incêndios florestais já está se mostrando qualitativamente diferente, com uma província após a outra iniciando incêndios que estão atingindo escalas históricas

O impacto dos incêndios foi devastador para as comunidades em todo o país, uma vez que as pessoas foram evacuadas e as casas destruídas. Na Nova Escócia, os incêndios atingiram os subúrbios de Halifax, queimando 151 casas e deixando 4 mil dos 16 mil evacuados iniciais deslocados em futuro previsível. Em Alberta, as comunidades indígenas mais remotas foram duramente atingidas, com efeitos não menos devastadores. Raymond Supernault, presidente do *East Prairie Métis Settlement*, foi citado dizendo:

“O fogo levou tudo em seu caminho. Muitas pessoas estão em choque agora, só por voltar a ver nossa comunidade. Eles estão olhando

para as casas que queimaram e que não existem mais. São nossos vizinhos, nossos amigos, nossos parentes que perderam muitas casas.”

No total, até agora, 120 mil pessoas em todo o país foram forçadas a deixar suas casas. Uma área cerca de 13 vezes maior que a média de 10 anos foi queimada, totalizando 3,3 milhões de hectares. É só o começo do verão.

Incompetência dos governos capitalistas

Como escrevemos sobre os incêndios florestais de Alberta em maio, “os incêndios florestais podem ser naturais, mas a falta de prevenção foi causada pelo homem”. A UCP governante vem reduzindo os recursos de combate a incêndios há anos – fechando torres de observação; demitindo bombeiros, guardas florestais e oficiais de informação e reduzindo a duração da temporada durante a qual o pessoal de combate a incêndios florestais é empregado. Essas parecem ser as ações de um governo extremamente imprudente, mas padrões semelhantes surgiram em todo o país.

Desde que se tornou o chefe do Halifax Regio-

nal Fire and Emergency em 2017, Ken Stuebing alertou repetidamente que o orçamento de combate a incêndios era muito pequeno e que eles não tinham material de treinamento nem bombeiros suficientes. O chefe Stuebing estava particularmente preocupado com os incêndios florestais, chegando a dizer que, em 2022, o medo que sentia deles o mantinha acordado à noite, pois o município regional de Halifax não tinha os recursos necessários para combater incêndios florestais graves.

A agravar as dificuldades que a província enfrenta está o fato de, sobretudo nas zonas rurais, grande parte do combate aos incêndios ser feito por bombeiros voluntários que o fazem a serviço da sua comunidade. Isso se tornou uma preocupação crescente, pois muitos bombeiros voluntários estão envelhecendo e não há dinheiro suficiente para treinar novos. Além disso, à medida que a economia continua a se debater, mais e mais pessoas são forçadas a trabalhar em vários empregos, deixando-as sem

tempo nem energia para ajudar suas comunidades. Como disse o chefe Stuebing, “as pessoas das gerações mais jovens estão trabalhando em dois ou três empregos apenas para conseguir arcar com as despesas de subsistência, mesmo que quisessem, poderiam ter tempo para o voluntariado? Especialmente sabendo que algumas das emergências seriam altamente traumáticas?”

O sindicato dos bombeiros de Ontário, OPSEU, divulgou uma declaração afirmando que os cortes estão dificultando o combate aos incêndios. Em uma tentativa do governo de Ontário de economizar alguns centavos, os bombeiros no norte de Ontário não recebem mais ofertas de contratos permanentes; em vez disso, os bombeiros só recebem contratos de três ou seis meses. Isso tornou incrivelmente difícil recrutar pessoas, pois os trabalhadores buscam a estabilidade de um emprego mais permanente. Antes, quando os bombeiros no norte de Ontário recebiam contratos permanentes, os bombeiros passavam o período da entressafra limpando arbustos e realizando outras atividades para reduzir o risco de incêndios florestais. Agora, o sindicato diz que faltam 50 equipes para proteger adequadamente a província contra incêndios florestais.

Quebec também está totalmente despreparada. A província está ficando sem aviões e pilotos para combater os incêndios e, em geral, não tem recursos para controlar nem metade dos incêndios florestais. Em vez disso, o governo de Quebec é forçado a esperar por reforços do exército canadense e de voluntários internacionais dos Estados Unidos, Portugal e França.

Como diz o ditado, “uma vez é um acidente, duas vezes é uma coincidência, três vezes é um padrão”. Os constantes fracassos desses governos em se preparar, mitigar e combater incêndios florestais é uma falha de todo o sistema capitalista. É sintomático da decadência do

capitalismo que a classe dominante seja incapaz de antecipar problemas que certamente reaparecerão a cada ano, mesmo com o risco de perda de propriedades e lucros.

Os constantes fracassos desses governos em se preparar, mitigar e combater incêndios florestais é uma falha de todo o sistema capitalista

Em maio, o PIB do Canadá teve seu maior declínio para aquele mês nos últimos sete anos por conta dos incêndios florestais em Alberta. À primeira vista, isso parece ir contra os interesses do capital. Mas, neste ponto, não deveria surpreender que a classe dominante não considere os custos de longo prazo dos desastres que recaem sobre a classe trabalhadora, quando há

ganhos insignificantes de curto prazo a serem obtidos com o corte de serviços, regulamentos, salários, e condições de trabalho. Vimos isso na Turquia, quando o governo permitiu a construção de prédios que não resistiriam a terremotos, e no Paquistão, quando bairros foram construídos em planícies aluviais — decisões que custaram dezenas de milhares de vidas. Em escala global, vimos isso com o manejo da pandemia do Covid-19, com recusas de compartilhar patentes ou cooperar internacionalmente e cortes sendo feitos nos cuidados de saúde, mesmo quando as pessoas morriam em hospitais superlotados. Em um sistema em declínio terminal, a classe dominante não pode pensar além do próximo trimestre fiscal. Quaisquer consequências fora desse cronograma podem muito bem não existir, principalmente porque será inevitável que a classe trabalhadora pague pe-

los desastres com austeridade, cortes salariais e nossas próprias vidas.

Socialismo ou desastre

O inferno que atualmente envolve o Canadá não entrou em erupção sem aviso prévio. Todas as previsões apontam para que a situação continue a degenerar. De acordo com a Natural Resources Canada, o custo nacional anual da proteção contra incêndios florestais ultrapassou US\$ 1 bilhão em seis dos últimos 10 anos e, em média, os custos aumentaram cerca de US\$ 150 milhões por década desde que começaram a coletar esse tipo de dados em 1970. Um estudo da *Public Safety Canada* também descobriu que, desde 1970, a área que foi queimada por incêndios florestais dobrou, e eles estão prevendo que dobrará novamente antes do final do século. À medida que as mudanças climáticas continuam a afetar as temperaturas e os padrões climáticos, a

“estação” dos incêndios florestais está desaparecendo e se tornando um problema durante todo o ano. O chefe Stuebing apontou:

“Costumávamos ter uma temporada de incêndios. Não existe mais temporada de incêndios. Temos incêndios florestais em alguns invernos onde não temos muita cobertura de neve ou precipitação, e mesmo em pleno inverno.”

Para combater essas tendências assustadoras, o Governo Federal prometeu US\$ 346 milhões para treinar 1 mil bombeiros e apoiar as províncias e territórios na aquisição de novos equipamentos de combate a incêndios. Eles também fizeram planos para lançar um sistema de satélite que monitorará os incêndios florestais a partir da órbita terrestre, mas o sistema de satélite não será lançado até 2029. Segundo eles próprios, no entanto, a mitigação e a prevenção são fatores críticos para interromper os incêndios florestais. O Governo Federal não mencionou quais medidas preventivas estão planejando tomar, se realmente existem.

Além disso, os governos federal e provincial continuam a se esforçar para lidar com a principal causa da intensificação das temporadas de incêndios florestais: a mudança climática. À medida que as temperaturas sobem, o solo e a folhagem secam e as condições de seca criam condições perfeitas para incêndios florestais. Um estudo recente da Environmental Research vinculou a secagem do meio ambiente no oeste do Canadá e nos EUA às 88 maiores empresas produtoras de carbono do mundo, a maioria das quais são empresas de combustíveis fósseis. O estudo encontrou uma ligação direta entre o aumento da produção e o aumento no número e na gravidade dos incêndios florestais no oeste. A classe dominante não tem problemas em lucrar enquanto a classe trabalhadora é incendiada e, por mais óbvio que isso possa parecer, os representantes da



Halifax Fire News, Twitter



INTERNACIONAL

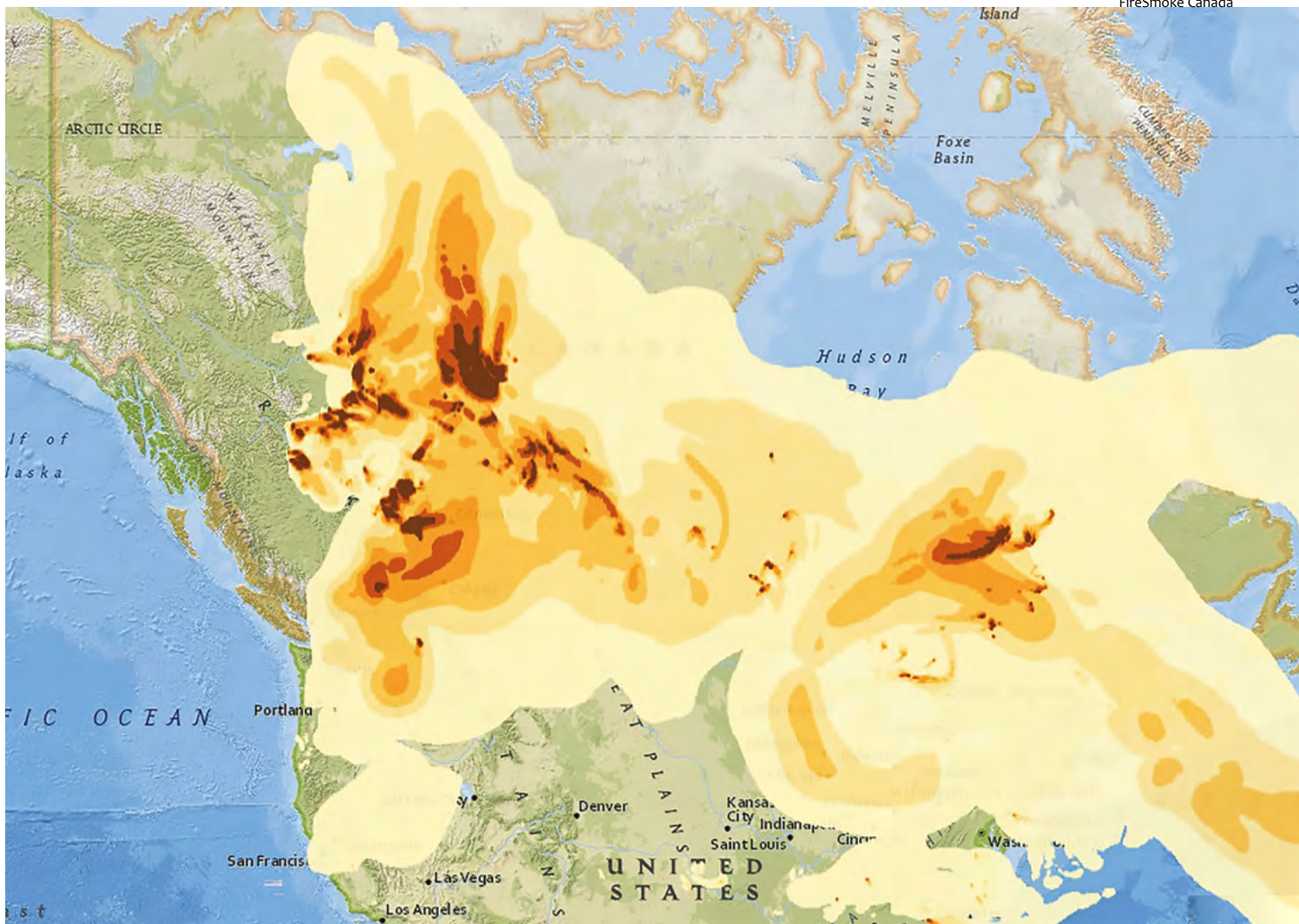
classe dominante estão determinados a negar os fatos.

Quando solicitado na legislatura provincial o estabelecimento de uma conexão entre mudança climática e incêndios florestais, o primeiro-ministro de Ontário, Doug Ford, recusou-se, dizendo:

“Na verdade, estou chocado com o fato de o líder da oposição estar politizando os incêndios florestais. É impressionante, realmente. Mas nada me surpreende vindo da oposição.”

Em vez de se comprometer a tomar qualquer ação, ele simplesmente pediu aos ontarianos que não acendessem nenhuma fogueira.

Da mesma forma, o prefeito de Halifax, Mike Savage, disse: “Esta é uma violação clara da política da não estupidez, se é que existe uma. Acho que todos podem entender isso. Não faça isso. Isso não afeta apenas você, afeta seus vizinhos e afeta os bombeiros que combatem esses incêndios”. O governo continuou a distribuir material lembrando aos cidadãos da Nova Escócia sobre a proibição de acender fogueiras e alertando as pessoas que, se forem pegas com fogueiras ilegais, receberão uma multa de C\$ 25 mil. Embora a atividade humana seja normalmente a causa de 50% dos incêndios florestais, 85% da destruição na temporada de incêndios florestais é causada por incêndios provocados por raios. Culpar os camponeses é uma tentativa flagrante de jogar a responsabilidade sobre os ombros dos canadenses da classe trabalhadora.



Os atuais incêndios florestais que assolam o Canadá são uma ilustração gráfica da destruição que o capitalismo traz ao planeta

Para o trabalhador canadense médio atualmente sufocado com a fumaça da madeira queimando, a resposta do governo é claramente inadequada. Então, o que devemos fazer além de rezar por chuva?

Precisamos de um investimento maciço não só no combate aos incêndios, mas também na prevenção, através da gestão dos ecossistemas e da manutenção da prevenção. Precisamos reequipar totalmente a indústria para operar da maneira mais limpa possível, enquanto desenvolvemos e mudamos para fontes de energia renováveis. Precisamos pensar em termos de gerações, não de trimes-

tres fiscais, e precisamos fazer isso internacionalmente. Mas nada disso acontecerá sob o sistema capitalista.

Os capitalistas estão provando que preferem deixar o mundo queimar a tomar qualquer ação necessária. Portanto, é tarefa da classe trabalhadora removê-los de suas posições. Isso é guerra de classes

Um governo socialista assumiria os bancos,

as grandes empresas e serviços e implementaria um plano econômico racional sob o controle dos trabalhadores. Isso garantiria que os serviços de combate a incêndios e de emergência fossem bem financiados. O dinheiro atualmente desperdiçado na guerra imperialista, nos resgates para os ricos e no bem-estar corporativo poderia ser usado para investir maciçamente na infraestrutura necessária para proteger as pessoas contra desastres relacionados ao clima, como incêndios florestais e inundações, e acelerar a transição para a energia renovável. Em vez de políticas ambientalmente destru-

tivas, como o corte raso de florestas antigas e a construção de oleodutos que aceleram a crise climática, uma sociedade socialista orientada para as necessidades humanas investiria na proteção dos ecossistemas e em sua gestão sustentável.

Os capitalistas que dirigem a sociedade estão provando que preferem deixar o mundo queimar a tomar qualquer ação necessária. Portanto, é tarefa da classe trabalhadora removê-los de suas posições. Isso é guerra de classes, e os capitalistas têm uma política de terra arrasada. Para sobreviver, os trabalhadores precisam de uma revolução.

Kyle Brittain, Twitter

